

**AgRg nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.147 - PR
(2019/0193541-9)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : REINALDO DA ROCHA
ADVOGADO : TIAGO ASSIS DA SILVA - PR067074
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. INADMISSÃO DO APELO NOBRE. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. DIALETICIDADE RECURSAL. NÃO OBSERVÂNCIA. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O princípio da dialeticidade, positivado no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3.º do Código de Processo Penal, impõe ao recorrente o ônus de demonstrar o desacerto da decisão agravada, impugnando todos os fundamentos nela lançados para obstar sua pretensão.

2. No caso concreto, quanto à Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça, não houve impugnação específica da fundamentação utilizada pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, em razão do referido enunciado, mas o Agravante se limitou a reproduzir as razões do próprio recurso especial inadmitido, na parte em que postulava a superação da orientação dessa Súmula. No tocante à Súmula n.º 83 do Superior Tribunal de Justiça, as razões do agravo em recurso especial são silentes.

3. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora